

v.33 n.2  
Jul-Dez/2023

Feminismo decolonial em debate:  
perspectivas latino-americanas em  
políticas públicas e direitos humanos

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

# Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

# Praia Vermelha

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

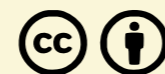
## Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos

**v.33 n.2**

**Jul-Dez/2023**

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).





# Praia Vermelha

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

### REITOR

Roberto de Andrade Medronho

### PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

### DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

### VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

### DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

## REVISTA PRAIA VERMELHA

### EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

### EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

### EDITORAS AD HOC v.33 n.2

Lília Guimarães Pougy UFRJ

Ludmila Fontenele Cavalcanti UFRJ

### EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

### REVISÃO

Maria Helena Torres

Nicole Leal

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

### Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ



Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

➡ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

➡ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

➡ Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Janine Moraes / Ministério da Cultura (via Wikimedia Commons)

Marcha das Mulheres Negras

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 2

# Sumário

- DOSSIÊ EDITORIAL 183** Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos  
*Lilia Guimarães Pougy & Ludmila Fontenele Cavalcanti*
- DOSSIÊ ENSAIOS 186** Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?  
*Mary Garcia Garcia Castro & Tatiana de Paula Soares*
- 210** Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais  
*Tatiana Dahmer Pereira*
- 230** Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas  
*Maria Raimunda Penha Soares*
- DOSSIÊ ARTIGOS 256** O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ  
*Rosimar Borges*
- 276** Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social  
*Tahiana Meneses Alves*
- 301** O feminismo decolonial e a interseccionalidade nas políticas públicas LGBTI+no Brasil (1998-2021)  
*Henrique Rabello de Carvalho & Maria Celeste Simões Marques*
- 324** Uma crítica à reprodução da colonialidade cisgênera no feminismo decolonial  
*Bruno Latini Pfeil & Cello Latini Pfeil*
- 349** Políticas para mulheres: a luta por igualdade, direitos e enfrentamentos às violências  
*Silvana Maria Escorsim & Beatriz Santana da Silva*
- 375** Entre a política e a política pública antirracista no Brasil: qual é a política da política pública brasileira?  
*Luiza da Costa de Deus*
- 396** A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça  
*Joyce Kelly de Jesus Santos, André Henrique Mello Correa & Josefa de Lisboa Santos*
- 420** Descaso ou ferida colonial? Gênero nas políticas públicas educacionais no Brasil  
*Susane Petinelli Souza*
- 445** “Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”: mulheres negras e identidades  
*Laurita de Queiroz Bomdespacho*



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

## DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 458** Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)  
*Bárbara Zilli Haanwinckel et alia*
- 476** Protagonismo feminino no PET de Humanidades e Letras da Unilab/Ceará (2013-2020)  
*Ana Cássia Alves Cunha et alia*
- 500** As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal  
*Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes, Barbara Brame & Larissa Franco*

# Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?

**Colonialidade do poder**  
**Colonialidade de gênero**  
**Feminismos subalternos**  
**Decolonialidade**

Oriundo de perspectivas feministas decoloniais, o presente artigo objetiva entrelaçar conceitos-chave decoloniais para repensar práticas aos países do sul por micropolíticas locais. Para traçar caminhos de re-existência, esse trabalho está dividido em três subseções, em que se apresenta constructos de gênero por Françoise Vergès, Rita Segato e Luciana Ballestrin. Como fecho em aberto, as considerações finais pairam em questões que em suas convergências possam servir de inspiração e instrumento para dialogar, adiante, com propostas de mais autoras brasileiras e movimentos feministas ao mundo 'Brasis'.

### Mary Garcia Garcia Castro

Phd em Sociologia na U. Florida (EEUU. Pós-doutoranda em Estudos Culturais na CUNY UN (New York-EEUU). Professora aposentada (UFBA).

### Tatiana de Paula Soares

Doutoranda em Psicologia pela UFRJ. Mestra em Psicologia Clínica, Psicopatologia e Psicologia da Saúde pela Universidade Federal de Toulouse Midi-Pirénées - França - UT2J.

Decolonial feminist perspectives in some authors: what about Brazil? What politics?

Coming from decolonial feminist perspectives, this article aims to intertwine decolonial concepts to review practices in southern countries through local micropolitics. To trace paths of stand up to, this work is divided into three subsections, in which are presented gender constructs by Françoise Vergès, Rita Segato and Luciana Ballestrin. Lastly, in a non-reduced form, the considerations hovered in questions, which in their convergence might serve as inspiration and instrument to dialogue, further on, with more proposals coming from Brazilian authors, and feminist movements to 'Brazil'.

**Acoloniality of power**  
**Coloniality of gender**  
**Subaltern feminisms**  
**Decoloniality**





## Introdução

Este artigo apresenta a combinação de aulas e reflexões sobre perspectivas feministas que discutiram colonialidades de gênero e de poder. Essas aulas foram realizadas durante a disciplina Perspectivas Decoloniais e Reprodução Social - Debates Contemporâneos Sobre Gênero, do curso de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, durante o primeiro semestre de 2022.

O material combinado é fruto de uma seleção, em especial, de três estudiosas que traçam processos sócio-históricos de colonialidades de gênero e feminismos subalternos atrelados à colonialidade do poder, de modo que seja base para a compreensão conceitual e, conseqüentemente, questões sobre desenlaces teóricos. Adianta-se, que demandas atuais são colocadas em xeque para discussões feministas de gênero perante a multiplicidade de vivências nas comunidades sulistas. Profusão que varia de acordo com etnias, ancestralidades, territórios, relações racializadas, disparidades de gênero e patriarcados interculturais.

A escolha de materiais que trazem desdobramentos de Françoise Vergès, Rita Segato e Luciana Ballestrin objetiva, de modo geral, não esmiuçar variabilidades e sim, convidar leitores a se debruçarem sobre conceitos-chave que nos convocam a repensar práticas e intervenções no plano da micropolítica e decolonizar conhecimentos. E, também, investigar resistência ao nível de quebradas, periferias, favelas e o que Segato chama “o mundo das aldeias” (SEGATO, 2010, 2012, 2014 *apud* SEGATO, 2014<sup>1</sup>, considerando contribuições de povos originais e afrodiáspóricos; e, entrelaçar conhecimentos, como os gestados no cotidiano, na academia e em combinações de disciplinas, como a sociologia e a literatura. Ou seja, esse é um artigo que revisita algumas contribuições de perspectivas feministas decoloniais, pensando na possibilidade de mais avançar em um saber desde práticas e políticas em Pindorama, indisciplinando o canônico que predomina nas universidades. É resistir ao que se privilegia, ou seja, conhecimentos eurocêntricos, rígidas hierárquicas relações sociais e invisibilidade de novos atores, atrizes sociais, como as trabalhadoras da limpeza, trabalhadores do setor informal e as(os) de trabalhos domésticos, em geral.

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares







Note-se que selecionamos autoras que apostam em políticas públicas, ainda que críticas ao Estado em sua formatação neoliberal, e ao sistema patriarcal-capitalista-etno/racista<sup>2</sup>.

Resenhamos, a seguir, contribuições de Françoise Vergès, discorridas em seu livro *Um Feminismo Decolonial*, publicado em 2020, e críticas que a obra suscitou em feministas francesas, como Lucie Aubrac, Madeleine Chapsal, Ariane Mnouchkine, Victoria Thérame, Anne Zelesnki (VERGÈS, 2020, p. 80) e Michèle Barzach (VERGÈS, 2020, p. 86).

Já na última seção deste trabalho, formulamos questões considerando o caso, ou casos Brasil. Não com o intuito de explorá-las nesta peça, mas como proposta para aterrissagens em outros escritos.

### ***Um Feminismo Decolonial, de Françoise Vergès*<sup>3</sup>**

No prefácio “Um feminismo radical”, Flavia Rios<sup>4</sup> acentua que a obra se trata de uma breve e incendiária crítica ao feminismo liberal e ao “civilizatório”. E, longe de ser uma luta contra o feminismo, propõe uma luta pelo feminismo. Flavia Rios (2020 *apud* VERGÈS, 2020, p. 7) acrescentou que “não se trata de um manual nem de uma tese acadêmica *stricto sensu*, trata-se de um manifesto que defende a um só tempo um feminismo antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista, visando ao alargamento de seus horizontes libertários e igualitários”.

Afirmando-se feminista, a cientista política Françoise Vergès (2020) se soma às vozes de intelectuais racializadas que há muito buscam fazer do feminismo uma teoria radical contra o capitalismo, o racismo e o sexismo, sem sobrepor uma forma de dominação à outra. Considera que o tornar-se feminista pede problematizar o feminismo. “Definir-se feminista consiste no desafio de quem quer revolucionar a prática cotidiana; não é se servir de imagens, discursos e frases de efeito palatáveis ao capitalismo e absorvidos pela publicidade da sociedade de consumo” (VERGÈS, 2020, p. 8). É preciso combater abertamente o feminismo de feição burguesa, segundo Vergès (2020).

Assim, o feminismo decolonial opõe-se frontalmente ao feminismo liberal, cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre





as mulheres. Opõe-se também ao “feminismo civilizatório”, uma faceta assumida por organismos internacionais, que em geral, validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo, de mulheres racializadas. Exemplo flagrante desse feminismo civilizatório seria a política de controle de natalidade, tema bem conhecido das brasileiras já familiarizadas com os debates nacionais, visto que uma das históricas divergências entre feministas negras e brancas no Brasil reside justamente no entendimento da concepção acerca dos direitos reprodutivos. Denúncias de esterilização e controle dos corpos de mulheres racializadas no país datam do contexto da ditadura militar. Esse, aliás, é um dos pontos do livro que marcam a proximidade entre as discussões realizadas no Brasil e a reflexão da autora (VERGÈS, 2020, p. 9).

Outro prisma que desenvolve a autora e que muito colabora para o estado da produção nacional, é sua ênfase em trabalhadores no campo de cuidados, como o da limpeza e dos trabalhos domésticos remunerados.

Vergès (2020) tece uma crítica substantiva ao capitalismo, em que resgata das feministas materialistas debates sobre reprodução social, maternidade e serviço doméstico. Nesse sentido, o trabalho doméstico remunerado é tido como básico para o capitalismo, é sua engrenagem diária – tema, aliás, explorado no Brasil e outros países da América Latina, ou seja, nem tão novo para o caso Brasil.

A autora (VERGÈS, 2020, p. 10) amplia o conceito de racialização para englobar as imigrantes, de estratos mais baixos, as refugiadas e até as francesas, enfatizando que:

o mesmo termo (processo de racialização) é válido para mulheres que, embora possuam cidadania francesa no papel, não escapam aos processos de racialização devido a marcas sociais diacríticas como cor, costumes, religião, língua ou outro distintivo que as impeça de adentrar a seleta e exclusiva sociedade ocidental.

Sua ênfase é nas condições sociais que caracterizariam os mecanismos de reprodução das desigualdades e da exploração nas sociedades contemporâneas. No prefácio da edição brasileira, Vergès (2020, p. 17) anuncia:

Escrevi este livro para mostrar que o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e





do capitalismo racial e neoliberal; contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. Também o escrevi para tornar visível a dimensão colonial e racial de um feminismo europeu convencido de ter escapado das ideologias racistas da escravatura e do colonialismo. Chamo esse feminismo de civilizatório porque ele adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses. Os direitos das mulheres, quando esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos.

A relação dialética construída entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras ilustra os vínculos entre neoliberalismo, raça, gênero e heteropatriarcado (VERGÈS, 2020, p. 19). Vergès (2020) traz o termo “economia do esgotamento dos corpos” (p. 19) relacionado à reprodução social. A autora (2020, p. 20) ressalta que:

Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas, que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica. Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias.

Sobre as mulheres que limpam as ruas, com violências sofridas, e que participam de greves, Vergès (2020, p. 25) estampa, após o prefácio de sua obra aqui em tela, “Invisíveis, elas ‘abrem a cidade’”.

Para definir um campo, o feminismo decolonial refere-se a uma virada dos feminismos do Sul com algumas aliadas do Norte, com ênfase na “destruição do capitalismo e do imperialismo” (VERGÈS, 2020, p. 28) em “uma dimensão política radical” (p. 28). Vergès critica o movimento na França contra o véu e o desejo de um feminismo que quer se integrar ao capitalismo, que teria “obsessão com a sexualidade dos homens racializados e com a vitimização das mulheres racializadas” (p. 28).

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares



Ao abordar o feminismo como luta pelo direito de existir, Vergès (2020, p. 35) salienta que “Dizer-se feminista decolonial” (p. 27) faz-se importante para:

[...] afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam; reconhecer que a ofensiva contra as mulheres [...] não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista; contribuir para que ‘parte da humanidade’ tenha direito a existência.

Para Vergès (2020, p. 42), a decolonialidade luta contra a violência policial, e um feminismo punitivista e carcerário. “Denuncia a violência sistêmica contra as mulheres e os transgêneros, mas sem opor as vítimas umas às outras” (p. 33) - temas que vêm galvanizando atenção de feministas decoloniais e do feminismo negro no Brasil. A autora acrescentou sobre a temática, que:

Os feminismos decoloniais estudam o modo como o complexo racismo/sexismo/etnicismo impregna todas as relações de dominação, ainda que os regimes associados a esse fenômeno tenham desaparecido. A noção de Colonialidade é extremamente importante para analisar a França contemporânea neste momento em que tantas pessoas continuam acreditando que o colonialismo acabou (VERGÈS, 2020, p. 33).

A partir de Aimé Césaire, Vergès (2020, p. 45) nomeia o que chama de “feminismo civilizatório, ou branco burguês”, não porque seria comum a mulheres brancas, mas a pessoas que reivindicam pertencimento a uma Europa tida como a civilização, tida como superior e, portanto, com a missão de “salvar as mulheres racializadas do ‘obscurantismo’” (p. 37). Ao comentar a passagem de Aimé Césaire em seu “Discurso sobre colonialismo” (p. 36), frisa que ‘a colonização trabalha para descivilizar o colonizado’ (p. 36).

Por uma pedagogia decolonial crítica, a autora (2020) refere-se a um feminismo que aprende na coletividade. Para tal, resgata de Darren Lenard Hutchinson o conceito de multidimensionalidade, para ela mais potente que o de interseccionalidade, não enquadrando raça, sexualidade e classe como categorias que se excluem mutuamente. Aquele conceito, segundo Vergès (2020), melhor colaboraria para compreender como “o poder racista e heteronormativo cria não apenas exclusões precisas na intersecção das dominações, mas molda todas as proposições sociais e subjetivas, inclusive entre aqueles que são privilegiados”





(STAMBOLIS-RUHSTOFER, 2017 *apud* VERGÈS, 2020, p. 38). Uma abordagem multidimensional evita hierarquias de lutas e colabora para que se aprenda como “o modo pelo qual a produção e a reprodução social se articulam historicamente” (BOGGIO EWANJÉ-ÉPÉE *et al.*, 2017 *apud* VERGÈS, 2020, p. 39).

O feminismo decolonial como imaginário utópico visa resgatar da história da escravidão, a quilombagem, e Vergès (2020) fala em um “feminismo de quilombagem” (2020, p. 41), como política de desobediência e assim, combater a colonialidade do poder. Enfatiza a luta contra a militarização acelerada da sociedade, a concepção de segurança nas mãos do exército. Para Vergès, “essa postura implica a recusa do feminismo do encarceramento, do feminismo punitivo” (2020, p. 52). Temas estes explorados por várias autoras do feminismo negro em países ao Sul.

Para se referir a mulheres brancas e mulheres do Sul global é necessário compreender o conceito de branquitude, que se traduz no sentimento de incapacidade de se ver como branca e com privilégios. É fundamental considerar a questão da desigualdade de poder e a importância que sejam as mulheres racializadas, ou seja, vítimas de racismo que imponham as formas do diálogo.

Vergès (2020) critica a uma esquerda que considera que o debate sobre raça esconde a questão de classe e, assim, colaboraria com a direita. A autora (2020) cita María Lugones, feminista argentina, pesquisadora nos Estados Unidos sobre ‘colonialidade de gênero’ e sua reflexão de que:

a experiência histórica das mulheres colonizadas não é apenas uma desqualificação racial, mas também uma determinação sexual. As mulheres colonizadas são reinventadas como “mulheres” com base em normas, critérios e práticas discriminatórias experimentadas na Europa medieval (LUGONES, 2007 *apud* VERGÈS, 2020, p. 46).

Também cita Oyèrónke Oyewùmí (1997 *apud* VERGÈS, 2020, p. 46) em sua crítica ao universalismo das formulações euromodernas do gênero e a hegemonia do biologismo ocidental e da dominação da ideologia euro-norteamericana na teoria feminista.

Em relação às mulheres no colonialismo francês, Vergès (2020) lembra Fanon sobre o colonialismo do século XX e como as mulheres eram consideradas estratégicas para o exercício do poder colonial.

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares







Critica o conceito de empoderamento: “[...] para a feminista Jules Falquet, ‘o empoderamento das mulheres’ é introduzido para responder à feminização da pobreza; em outras palavras, para completar as políticas de pacificação e de ordem” (VERGÈS, 2020, p. 75) e faria parte do vocabulário de ONGs, assim como *capacity building, leadership* e *governance* (p. 75). Para Vergès (2020), seriam políticas de despolitização, como também se pronuncia contrária ao que chama “ideologia do cuidado” (p. 60), tida como programa e vocabulário de ONGs, que contribuiria para novas opressões e pacificação das lutas das mulheres (p. 77).

A evolução para um feminismo civilizatório do século XXI advém da ideia de patriarcado conservador *versus* patriarcado liberal. Este, a favor dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ desde que o projeto seja integrá-los na economia neoliberal. Já o patriarcado conservador, contrário a quaisquer direitos, tenderia a posições neofacistas, ao masculinismo, defesa da heteronormatividade e contra o aborto.

Politizar o cuidado é tema de agendas da esquerda e de países socialistas, com ênfase na coletivização dos cuidados por serviços públicos; reconhecimento do valor do trabalho doméstico. Vergès (2020, p. 121) cita os programas de salário para as donas de casa e considera que entre ‘movimentos feministas brancos’ prevaleceu propostas contra a divisão sexual do trabalho, deixando de lado, principalmente na França, uma análise materialista do trabalho doméstico; marginalizando a importância da organização do trabalho de limpeza/cuidado, e a indiferença à racialização desses trabalhos (p. 123). Destaca a outra posição tomaram as feministas negras no EEUU, a organização das trabalhadoras domésticas e autoras que inclusive produziram textos críticos a como o marxismo discute o valor do trabalho doméstico, exemplificando com a citação de artigos de Silvia Federici, como os publicados pelo Coletivo feminista *L’Insoumise de Geneve*, em 1977 (VERGÈS, 2020, p. 98) e no boletim *Chakaz* (p. 123-125).

No capítulo ‘O desgaste dos corpos’ discute “a economia do desgaste e a fadiga dos corpos racializados” (VERGÈS, 2020, p. 125), em especial em trabalhos de cuidado e limpeza, inclusive das cidades – trabalhos que teriam “relação com o passado da escravidão e do colonialismo” (p. 128). E aponta que “a segregação do mundo se dá em uma divisão entre limpeza e sujeira baseada numa divisão racial do espaço urbano e da moradia” (p. 102).

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares





Eis perguntas básicas ao feminismo decolonial que defende:

Como entender a relação entre o capitalismo como produtor de lixo material e tóxico e sua produção de seres humanos como descartáveis? Como a terceirização do lixo é invisibilizada? Como colocar em prática o nosso apoio às trabalhadoras e aos trabalhadores da limpeza e do cuidado (VERGÈS, 2020, p. 133)?

Como meios de re-existência, termina seu livro com o capítulo “Por uma reconexão com a potência de imaginação do feminismo” com chamada para resgate do passado e da história dos povos escravizados, da colonização, trazendo o que nomeia de “mundos que tinham sido expulsos da humanidade” (VERGÈS, 2020, p. 107). E cita texto escrito coletivamente por 30 artistas, militantes e ela, em Trecho de *Manifeste de L’Atelier IV*<sup>5</sup>:

Queremos [...] ousar pensar para além do que se apresenta como ‘natural’, ‘pragmático’, ‘razoável’. Não queremos construir uma comunidade utópica, mas restaurar toda a sua força criativa em sonhos de insubmissão e resistência, justiça e liberdade, felicidade e bondade, amizade e encantamento.

### Reações críticas ao ideário de Vergès na França

Em programa de TV que causou sensação no campo feminista francês, Joseph Confavreux, em 1º de novembro de 2020, anunciou uma polêmica que intitulou “Feminismo Descolonial versus Feminismo Universal: um debate” nestes termos:

De Martine Storti, jornalista (ex-jornalista do *La Liberation*) e escritora, que acaba de publicar *Por um Feminismo Universal* na coleção “A República das Ideias” no *Le Seuil*, e a politicóloga Françoise Vergès que, após publicar no ano passado nas edições *La Fabrique: Un feminismo decolonial*, publica na mesma editora uma teoria feminista da violência - *Por uma política antirracista*. Dois livros que traçam itinerários pessoais ao mesmo tempo em que avançam teses tão afiadas quanto assimétricas.

A partir de trechos da entrevista “Feminismo descolonial versus feminismo universal: um debate”, em 1º de novembro de 2020, por Joseph Confavreux – *Mediapart*, Martine Storti trouxe como questão o impacto da desigualdade e discriminação ao feminismo, em que pode ser ameaçado, não obstante ao fato

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares





de que a união de mulheres negras esteja sob perspectiva do pluralismo. Martini Storti (2020) apontou que a luta por um feminismo radical pode desembocar em um patriarcado “solúvel” no anticapitalismo, atentando-se à subordinação ou dissolução de movimentos feministas com grupos de esquerda, apesar de reconhecer a importância da autonomia nas lutas protagonizadas nesses movimentos.

A jornalista e escritora chamou a atenção ao risco de aludir interseccionalidade como travessia, simultaneidade e entrelaçamento tendo em vista a possibilidade de ameaça, muitas vezes sutil, de fragmentação e hierarquização de lutas, incorrendo o risco da marginalização de mulheres. Neste espectro, a interseccionalidade poderia conduzir à divisão, em que a emancipação de mulheres incorreria em ser mascarada por lutas antirracistas e anticapitalistas.

Note-se que Martine Storti também aborda a temática, sua defesa por um feminismo universal, em entrevista à *Revista Rosa n.º 2*, concedida a Lena Lavinias e Carla Rodrigues, em 2020. Extraímos, a seguir, assuntos-chaves de passagens das perguntas de Lavinias e Rodrigues.

Sobre possíveis limitações ao pluralismo feminista, Storti (2020) enfatizou que havia distorção ao descrever que as feministas do *MLF (Movimento de Libertação da França, que lutou pela independência da Argélia)* eram indiferentes ao racismo, neocolonialismo, assuntos internacionais, o cerne do debate deveria ser em contradições e frentes secundárias de luta e não ao pluralismo feminista.

Em relação à distinção entre justiça e reparação e também punição e cancelamento, a jornalista e escritora realçou que o foco da defesa das feministas não é a punição. Para Storti (2020), a prisão não é a solução ideal, entretanto, torna-se inaceitável responsabilizar as mulheres ao fardo do racismo ou opressão social deixando os perpetradores de violência fazerem o que bem entenderem sob a justificativa de que não se deve punir.

A respeito do feminismo como um movimento contra-hegemônico ao modelo neoliberal, a jornalista diz que o neoliberalismo econômico possui efeitos sociais negativos para as mulheres, ressaltando que o feminismo e o neoliberalismo são “antinômicos”. Storti (2020) acentuou que liberalismos econômico,

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares





político e cultural possuem conceitos diferentes e não devem ser confundidos tanto em movimentos identitários da direita quanto aos da esquerda autodeclarada anticapitalista.

Fica claro pelo debate que anunciamos, assim como as teses de Vergès que destacamos, que o debate entre feminismos é básico inclusive para melhor discutir que políticas e para quem, quais mulheres se faz referências com tais questões.

Adiante, expomos, por Rita Segato, um olhar feminista de uma estudiosa do Sul, concepções de pluralidades identitárias *versus* a tentativa da supremacia de universalização global para constituição de valores culturais étnicos. Majoritariamente, os conceitos foram oriundos das obras: *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*, publicada em 2007; e *El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad*, de 2014, na revista *Estudios Feministas*.

***La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad e El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad*, de Rita Segato <sup>6</sup>**

Introduzimos por uma breve apresentação da autora: Rita Laura Segato é uma antropóloga e feminista argentina residente entre Brasília e Tilcara. É especialmente conhecida por suas pesquisas sobre questões de gênero nos povos indígenas e comunidades latino-americanas, sobre violência de gênero e as relações entre gênero, racismo e colonialidade.

O livro *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*, de 2007, reúne uma série de escritos que a autora produziu ao longo de quinze anos. Todos os ensaios que compõem este livro apresentam uma análise crítica da política das identidades globalizadas e seu impacto em países como Brasil e Argentina.

De modo geral, os ensaios deste livro são um convite para pensar ‘um outro espaço’, um ‘mito nosso’, diferente das identidades globais deslocalizadas, ou em quais cenários se discutir política. Advoga um ‘terceiro espaço’ que promova a defesa de um mundo radicalmente plural, em que a afirmação das diferenças entre as culturas se faça num sentido denso que implique afirmar a possibilidade de que outros valores e propósitos norteiem a convivência humana.

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares



Segato defende um mundo plural em que prevaleça a profunda diferença entre as opções culturais. Propõe a expressão 'Formações Nacionais de Alteridade', entendidas como "representações hegemônicas da nação que produzem realidades" (SEGATO, 2007, p. 269). Essa linha de entendimento, por sua vez, envolveria o reconhecimento da hierarquia artificial entre os segmentos cristalizados. Segato (2007, p. 258) apresenta a descrição de três processos de formação histórica da Nação, a fim de compreender como se construiu o "outro", em que chamou de *crisol de razas*, na Argentina, *melting pot*, nos Estados Unidos, e 'mistura de raças', no Brasil.

Para a autora, a ideia de que a alteridade se dá em "um campo unificado de crença, uma ideologia hegemônica ou sistema de valores, onde todos em uma determinada sociedade, independentemente da posição, teriam os mesmos valores é um mito nacional daltônico ou monocromático" (SEGATO, 2007, p. 207). A crítica de Segato vai em direção a um multiculturalismo brando e estagnado, no qual se impõem identidades políticas estereotipadas, constituídas pela reivindicação de recursos e direitos determinados pela formação nacional dos países centrais.

Para a antropóloga, em seus estudos em que aborda a conjuntura de 'des-instituições' de povos e nações, o desaparecimento de negros na Argentina, por exemplo, deveu-se paulatinamente a uma perda da construção cultural, ideológica e literária, e não apenas demograficamente. A presença da religião afro-brasileira no país é, grosso modo, o que sustenta a reintrodução de um repertório simbólico que permite a constituição da etnicidade. A autora faz a ressalva de que os setores e suas respectivas mudanças religiosas apontam para o mesmo problema, "têm em comum o fato de serem percebidos como periféricos e esquecidos dentro de uma sociedade em cujo conjunto de representações dominantes não têm lugar, perfil, presença" (SEGATO, 2007, p. 263).

De acordo com Segato (2007), considerando o Brasil, raça deveria ser compreendida por seus respectivos contextos, em que encontra sentido, devendo ser uma marca corporal do curso de uma história de alteridade. Portanto, compreender raça implica colocar o conhecimento em relação às formações nacionais de alteridade.

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares





Segundo Segato (2007), os novos povos carregam, eles próprios, os emblemas identitários, já que não encontram na paisagem tradicional os ícones marcadores de sua identidade (entendida como uma visão essencialista do território). Para a autora (2007), identidade é o que estabelece dinamicamente um território, um corpo, um espaço. Tal processo identitário de novos povos, trata-se de uma nova produção do território e não de um processo de desterritorialização ou de uma nova relação com o território.

Assim, Segato (2007) esclarece que há que revisitar políticas de identidade, em seus fatores multifacetados e plurais, mas que não nos enganemos, sob a égide liberalista, de avançar, a partir da necessidade de revisão para formar outras relações no território. A autora (2007) insiste que o foco da discussão precisa pairar na origem de sentido conceitual da teia que envolve essas políticas. Em cada contexto, formações de alteridades, devem-se levar em conta, a instituição cultural, no decorrer da história, das relações de seus povos (leia-se, entendimento de raça, formação étnica em suas miscigenações e vivências religiosas, em seus matizes). Há de se reler, sim, as distorções criadas, de fundo eurocêntrico, por definições universalistas como guia para propostas de governo e movimentos geridos por ONGs, que não abarcam o verdadeiro sentido de nação para cada povo.

Em *El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad*, ao trazer a temática de violência de gênero, Segato (2014, p. 597) realça como ocorrem processos de violência contra mulheres. Destaca que as mulheres sofrem formas peculiares de agressão e desapropriação, sob processos intersubjetivos e intercorporais, que, por sua vez, passam a serem apropriadas de outro modo. A autora (2014) aponta que hierarquias de gênero vividas em suas respectivas comunidades, associadas ao “patriarcado de baixo impacto” (p. 597), transformam-se em patriarcado moderno “de alto impacto” (p. 597). E que este é o que acarreta grandes prejuízos às mulheres. Nesta esteira, a responsabilidade por estes impactos advém da frente colonial/ estatal empresarial midiática cristã. Segato (2014) alerta que a fé absoluta pode estar ligada à expansão irreversível com valor eurocêntrico que o mundo avança, doravante à acumulação, produtividade e competitividade.

Para Segato (2014), a diferença é que o patriarcado de baixo impacto da aldeia-mundo provém do que chama ‘ordem

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares







comunitária'. O de alto impacto é proveniente da perversidade de apropriação colonial, da modernidade. Já no 'mundo da aldeia', o olhar não é pornográfico, ou seja, não há acessibilidade sexual expropriante e causadora de deterioração moral (SEGATO, 2014, p. 610). O desafio da aldeia, nos dias de hoje, é lidar com a aprendizagem de jovens que começaram a compreender o corpo de suas esposas contaminados pela virilidade do colonizador. A autora (2014, p. 610) destaca:

O homem branco é seu interlocutor e parceiro preferencial no presente, de mãos dadas com esse interlocutor dominante, o umbigo do cosmos está se movendo da aldeia para o mundo branco, e é a fragilidade dos homens, tão facilmente cooptada por o mundo dominante, que o permite.

Sobre este processo de contaminação, a autora (2014, p. 612), em suas pesquisas de observação da expansão estatal "democrática" aos indígenas e na vida das mulheres nas aldeias, sublinha em relação ao período pós-ditaduras, que leis, políticas públicas, empresas e ONGs invadiram as fronteiras. E que, hoje em dia, programas e movimentos sociais, ao oferecerem antídotos em forma de direitos ao veneno já propagado, acabam por produzir o rompimento dos fios da memória de seus membros pela ordem colonial moderna nas relações de gênero.

Ainda que essas facetas da contemporaneidade aparentem tensão, "ou seja, embora se possa pensar que o pacto estado-empresarial que abre as portas para a agressão do mercado global seja contraditório com a expansão dos direitos e serviços do cidadão na aldeia-mundo" (SEGATO, 2014, p. 597), não constituem antagonismo. É um processo que se retroalimenta pela colonização econômica e pelo campo que transpassa direitos na esfera pública. O Estado-cidadão está vinculado ao empresarial, e ambos estão extensos à comunicação midiática, sob o levante de que a linguagem dos direitos é a mesma da modernidade, ao dito desenvolvimento e progresso.

Segundo Segato (2014b), a linguagem hierárquica, em contato com o discurso igualitário da modernidade, passou a ser considerada 'superhierárquica' e desenraizada, devido a:

emasculação dos homens no ambiente extracomunitário; a hiperinflação dos homens no ambiente comunitário, devido ao seu

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares





papel de intermediários com o mundo exterior; o colapso, privatização e nuclearização do espaço doméstico; a binarização da dualidade que estrutura o gênero no mundo-aldeia; [...] a individualização e superlotação de um mundo compartimentado, subdividido por categorias de gênero com espaços coletivos próprios; a inoculação do olho pornográfico, conceito que sintetiza o olhar externo e objetivante, bem como a compreensão do acesso sexual como dano, profanação e apropriação (SEGATO, 2014b, p. 613).

A autora (2012) inverte a máxima dos direitos humanos “diferentes, porém iguais”, que reforça o propósito de universalização da cidadania por meio da ampliação da égide estatal. Segato (2012), ao propor a inversão “desiguais, porém distintos”, traz a ideia de comunidade desimpedida, ou seja, a possibilidade de diferença não constituída como um problema, e sim, como um novo ponto de partida.

Note-se que ao trabalhar a Lei Maria da Penha com mulheres indígenas brasileiras, a pedido dessas e da Funai em 2007 e 2011, as mulheres de povos originais insistiam na importância de políticas públicas, mas que o Estado as fizesse de acordo com as realidades locais, ou seja, com suas participações e considerando a materialidade da organização político-econômica de cada território, cada grupo étnico.

Segato (2014b, p. 615) insiste que em tempos pós-coloniais se daria um processo de patriarcalização de alta intensidade e ineficácia de políticas centradas no indivíduo. Defende que haveria uma fictícia igualdade, para povos com lógicas plurais e coletivas:

Em suma e recapitulando, quando, num gesto que busca a universalização da cidadania, pensamos que é uma questão de substituir a hierarquia que ordenou a relação de homens e mulheres com uma relação igualitária, o que estamos realmente fazendo é remediar os males que a modernidade já introduziu com soluções modernas: o Estado entrega com uma mão o que já retirou com a outra.

Consoante às considerações de diferenças ante a pluralidade trazida por Rita Segato e seu questionamento sobre um necessário Estado para políticas aos povos originais, mas que esses devem ser ouvidos e vigilantes sobre questões de gênero, adiante expomos pontos centrais ao debate sobre gênero, política



e participação que Luciana Ballestrin, cientista social brasileira, expõe em seu artigo intitulado *Feminismos Subalternos*, de 2017, sobre fragmentações e a construção do processo de cosmopolitização de feminismos do Sul, considerando, em especial, contribuições de Quijano (2000), Lugones (2008, 2014), Segato (2012) e Oyewùmí *apud* Bakare-Yusuf (2003).

### **Feminismos Subalternos, de Luciana Ballestrin<sup>7</sup>**

Nesta subseção, também de modo sucinto, apresentamos o percurso teórico-prático da autora: membra da coordenação da área de investigação de Teoria Política da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), pesquisadora no campo da Ciência Política, com foco em teoria política contemporânea (democracia liberal, pós-colonial e *global turn*), Luciana Ballestrin tem se dedicado nos últimos anos em estudos acerca de Subalternidades Globais (UFPel)<sup>8</sup>.

Em seu texto intitulado *Feminismos Subalternos*, de 2017, a autora aborda a ‘geopolitização de feminismos’, a partir de uma perspectiva terceiro-mundista e pós-colonial, objetivando trazer propostas para um feminismo do Sul e decolonial. De acordo com Ballestrin (2017), existem pontos antagônicos tecidos, a partir da década de 80, entre o feminismo do Ocidente e o construído além do Ocidente, e, críticas sobre o feminismo contemporâneo latino-americano acerca da colonialidade de gênero, e cita Lugones (2008, 2014) e Segato (2012). A cientista social propõe o termo “feminismos subalternos” para entender que quaisquer outras tentativas de construções de feminismos ‘alijadas’ do feminismo moderno possuem eixos oriundos da própria subalternização do feminismo à modernidade. Com isso, torna-se tênue a identificação na tensão limítrofe entre a fragmentação de diferenças que não se conciliam e a cosmopolitização do feminismo, base para discussão de feminismos, de modo geral.

Como definições ao termo “subalternos”, a autora (2017, p. 1040) nomeia uma gama de feminismos: pós-colonial, terceiro-mundista, negro, indígena, comunitário, mestiço, latino-americano, africano, islâmico, do Sul, decolonial, fronteiriço, transcultural, entre outros.

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares



Segundo Ballestrin (2017), a sociologia terceiro-mundista (latino-americana, africana, asiática), ao questionar o imperialismo intelectual dos países do Norte para a produção epistemológica, evidencia que:

[...] as Teorias do Sul [...] rejeitam a ideia de que a produção teórica válida e aceitável no mundo é somente aquela realizada e autorizada pelas metrópoles; ao mesmo tempo, orientam-se pela democratização radical da construção coletiva (CONNELL, 2015; BHAMBRA, 2014 *apud* BALLESTRIN, 2017, p. 1036).

Assim, a autora (2017, p. 1036) enfatiza que a inviabilidade de conciliação de diversos feminismos subalternos deve-se à construção elitista do feminismo, desenhando um panorama hegemônico por tratar-se de uma luta majoritariamente ocidental, branqueada, universalizante e eurocentrada. Portanto, ocorrem dentro do próprio feminismo marcadores interiorizados de classe, etnia e nacionalidade que interseccionam relações intragênero. Ballestrin (2017, p. 1037), nesse esteio, questiona:

O que a eventual representação da mulher de Primeiro e Terceiro mundo implica para a luta pela igualdade do movimento feminista global? O antagonismo entre um movimento feminista do Sul (subalterno) *versus* um movimento feminista do Norte (hegemônico) é capaz de contemplar as injustiças sofridas pelas mulheres do sul do norte e a conivência com as mesmas das mulheres do norte do sul? Onde se encontram, neste caso, as outras?

Para a autora (2017), uma das características dos movimentos feministas é a autocrítica. As proposituras de feminismos subalternos, desde meados de 80, surgem pelas lutas de feminismos terceiro-mundistas e pós-colonial. O antagonismo de propostas 'intragênero' está associado a reflexões sobre a categoria mulher no pós-colonialismo advindas de uma perspectiva não feminista, pois o debate feminista veio de questões acerca da violência colonial acrescida do poder patriarcal e não pela centralidade da problematização feminista sobre corpo, sexualidade e gênero. Ballestrin (2017, p. 1038) conclui que a discussão sobre violência sexual se origina a partir da violência colonial e frisa que:





Estabeleceu-se uma bipolaridade no interior do feminismo, com dois polos antagônicos e irreconciliáveis em torno de uma diferença aparentemente “geopolítica”; o feminismo terceiro-mundista, contudo, ao denunciar o colonialismo intelectual das acadêmicas feministas ocidentais, construiu uma cadeia de equivalência discursiva “inversa”. E, assim como o feminismo ocidental passou a ser julgado por essencializar, inferiorizar e vitimizar as mulheres do “Terceiro Mundo”, o feminismo terceiro-mundista respondeu utilizando a mesma operação ao essencializar, superiorizar e responsabilizar as mulheres feministas do Primeiro Mundo. Qual a estratégia para a marcação de um essencialismo binário, no entanto, dentro do próprio movimento feminista? (p. 1040).

Ao trazer a categoria classe, além de raça, Ballestrin (2017) acrescenta que “a mulher média de Terceiro Mundo, [...] é retratada como ignorante, limitada pela tradição e pela família, em contraparte às mulheres [do Norte...] emancipadas, modernas, controladoras de seu corpo e sexualidade” (p. 1042).

Para a autora, o feminismo decolonial trilhou um caminho semelhante ao do grupo Modernidade/Colonialidade, sob a ótica de cruzar pensamentos marxistas, pós-colonialistas e feminismos, trazendo o foco das discussões para as Américas. O “giro decolonial”, crivado em Quijano (2000), a partir do conceito de “colonialidade do poder”, viria sendo associado também aos feminismos do Sul, ao atrelar ‘invenções’ cunhadas para definição de raça e do racismo como princípios norteadores de “múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008 *apud* BALLESTRIN, 2017, p. 1046). Lugones (2014 *apud* BALLESTRIN, 2017, p. 1048) realçaria que gênero e raça são categorias coloniais que visam criar relações racializadas e colonizadas e destaca que a análise da opressão de gênero racializada capitalista seria uma “colonialidade do gênero” e a possibilidade de superar a colonialidade do gênero pediria um “feminismo descolonial”.

Por outro lado, destaca que atribuiu-se ao “feminismo eurocêntrico, a universalidade da dominação patriarcal e de gênero, procurando orientar as outras mulheres sobre a importância da unidade e do avanço da modernidade no campo dos direitos” (SEGATO, 2012 *apud* BALLESTRIN, 2017, p. 1049). Ballestrin (2017, p. 1050) defende que a

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares

transnacionalização e a internacionalização do movimento feminista vieram também acompanhadas de sua “onguização”.

Para a autora (2017), o feminismo reproduz internamente as dicotomias dos efeitos da globalização: local *versus* global, particular *versus* universal, pós-colonialismo *versus* cosmopolitismo, enriquecendo o debate com as questões: “e se a universalidade do patriarcado for colocada em xeque? E se a diferença de classe – aquela que não é louvada – nada significar para um contingente de mulheres?” (p. 1051). Ballestrin (2017) adverte que “os feminismos subalternos instigam que nem sempre as mulheres são aliadas e alinhadas entre si em suas disputas e conflitos pela justiça” (p. 1051), mas insiste que, não obstante aos desalinhos, “existem espaços de confluência, colaboração, síntese e criação alternativas” (p. 1051). Enfatiza que “não se trata de um debate sobre diferenças, mas, sim, sobre estar em diferentes posições para enxergá-las, ou, mesmo, identificá-las. O debate ainda é sobre igualdade” (p. 1051).

As seções anteriores sugerem provocações sobre feminismos, participação e políticas, quer no plano micro, em que mais se movem distintas perspectivas decoloniais e como seriam dependentes de macro cenários, e em especial de que Estado se fala, e de que ‘Brasis’. Sugerem Vergès, Segato e Ballestrin que mais há que conhecer a pluralidade de modos de vida, envolvendo trabalho, gênero e colonialidade para refletir questões para o caso Brasis, suas distintas territorialidades e micromundos (multiculturais, multiétnicos, rurais, urbanos, mais e menos densos, em suas disparidades socioeconômicas).

#### **Um fecho em aberto:**

#### **Questões para o caso, ou casos Brasil: que políticas?**

Postas concepções sumárias de Françoise Vergès, convidamos ao debruçar-se sobre de que modo colonialidades e feminismos decoloniais aparecem nas instituições e em interrelações cotidianas. No intuito de provocar, indagamos:

Ao Brasil, que possibilidades encontramos para nos inspirar no feminismo radical proposto por Vergès? Quais leituras possíveis às mulheres em suas multiplicidades de contextos culturais e



étnicos? Há encontro para uma mesma luta entre trabalhadoras domésticas brancas e pretas, das regiões Norte e do Sul? Entre diferentes grupos étnicos, há um ponto de encontro, considerando as trezentas e cinco<sup>9</sup> etnias brasileiras existentes?

Ora, tais questões pedem que se acompanhe, por exemplo, a história das trabalhadoras domésticas organizadas no Brasil. Essas que muito conseguiram, em especial na Constituição de 1988, embora muito ainda lutem por políticas, como para as diaristas, ilustram que a resistência decolonial sempre marcou sua prática e que as conquistas em política de Estado muito se devem por priorizarem a política participativa, além de dicotomias como público e privado e conseguirem inclusive ao nível de América Latina e Caribe, organizar-se por pressões legais, políticas de Estado que se territorializadas foram fortalecidas por movimentos internacionais (COSTA, 2007; CASTRO, 2019).

Outras questões que mais merecem exploração etnográfica: A punição não cessa a violência. Como dar continência à mulher violentada? Que identidade fica para a mulher brasileira “sem marido”, em especial as pobres, exploradas e vítimas, como acentuou Ballestrin (2017)? Que lugar a mulher se significa no mundo, como aludiu Segato (2014) sobre valores e reverências da frente midiática da fé cristã aliada aos conceitos de modernidade, posta a força da máxima ocidental “o que Deus uniu, o homem não separa” e por um Estado cada vez menos laico? Mais se precisa analisar que estruturas e instituições como o Estado são necessárias para a realização da autonomia da mulher pobre em Brasil de tantas desigualdades, e em especial, étnico/raciais.

Para re-existir, muitas outras questões considerando casos ‘Brasis’ poderiam ser indicadas, mas o que mais se acentua é que a política de representação pede política de participação, diálogos entre feminismos críticos, para a formação de ‘feminismos subalternizados’ e vigilância em relação ao Estado, o qual como bem discute Segato (2007, 2014) deve se aproximar ao modelo de bem-estar e bem viver e consideração sobre diversidades das mulheres, de seus coletivos, em especial se o território, as quebradas, as periferias e os distintos agrupamentos étnicos são considerados.

O debate sobre coalizão entre diversos grupos em torno de alguns princípios, mas respeitando singularidades, vem



ganhando terreno no Brasil, como por exemplo, ilustra a Marcha das Margaridas, que além de distintos tipos de trabalhadoras rurais vem congregando mulheres indígenas de distintas etnias. Com a pandemia se ampliaram os grupos de ajuda e de cuidados mútuos de mulheres nas quebradas, periferias e favelas, sugerindo que mais que a discussão entre políticas universais e específicas dos anos 70, o universal é pluriversal, raça, gênero e classe transversaliza quaisquer políticas e se insiste no conhecimento de realidades diversas locais, e na experiência de mulheres racializadas, territorializadas.

Por outro lado, para que de fato resistências decoloniais e um Estado de bem-estar/bem viver se afirme, há que mais questionar as perspectivas feministas decoloniais em termos de bases locais, 'Brasis'.

De fato, muito se fala, pouco ainda se aprofunda ou se alerta em texto sobre feminismo decolonial sobre dimensões que pedem mais estudos, tais como as bases geoculturais e epistêmicas do que se vem escrevendo sobre perspectiva decolonial, ou seja: como em textos de autores básicos dessa perspectiva, mais se decola da colonização da América hispânica e da resistência comunitária de povos originais da região andina à tal colonização. Pouco ainda se reflete sobre a herança da colonização portuguesa, o pseudo racismo cordial, o afeto paternalista domesticando os(as) subalternizados(as), e especificidades das relações sociorraciais, entre os brancos e os povos escravizados e originais do Brasil na combinação raça e classe. No caso do Brasil, com o intento de preencher tal lacuna, há que mais visitar autores como Lélia Gonzalez (1988, 2020) - seu conceito de 'afrolatinidade'- e Beatriz Nascimento (1985, 2018) - seu conceito de 'quilombismo', considerando distintas realidades, o que pede outros trabalhos.

### Referências

BAKARE-YUSUF, Bibi. Yorubas don't do gender: a critical review of Oyeronke Oyewumi's. *The Invention of Women: making an African sense of western gender discourses*. *African Identities*, v. 1, n. 1, p. 122-142, 2003.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-

**Perspectivas feministas decoloniais  
em algumas autoras: e o caso Brasis?  
Que políticas?**

Mary Garcia Garcia Castro  
Tatiana de Paula Soares



- 1054, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/abstract/?lang=pt>. Acesso em; 23 nov. 2023.
- CASTRO, Mary Garcia. Mulheres sindicalizadas: Classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso. In: HOLLANDA, Eloisa Buarque. *"Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto"*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213-236.
- COSTA, Joaze Bernardino. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Gestión pública intercultural. Pueblos originarios y estado*. v. 2. La Paz: Azul Editores, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. [S.l.]: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935- 952, set./dez. 2014.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra*, n. 6-7, p. 41-49, 1985.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Diáspora Africana. Rio de Janeiro: Editora Filhos da África, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.
- SEGATO, Rita Laura. *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros Editorial, 2007.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES [On-line]*, n. 18, 2012. Disponível em: <http://journals>.

openedition.org/eces/1533. Acesso em: 23 nov. 2023.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. *In*: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014a.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 304, maio/ago. 2014b.

STORTI, Martine. *Pour un féminisme universal*. Paris: Seuil, 2020.

VERGÈS, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. São Paulo: UBU, 2020.

### Notas

1 Sobre casos no Brasil de ações em curso em territórios no Rio, vale consulta ao material da Universidade das Quebradas, atividade coordenada por Heloisa Buarque de Hollanda e que semanalmente, há mais de 3 anos, apresenta experiências de cuidados coletivos, ações de micropolítica desenvolvidas em favelas e periferias, coordenadas por mulheres e que muito apoiou a sobrevivência de tantos durante a pandemia e que continua ao vivo no MAM, às terças. Ver no YouTube Universidade das Quebradas UFRJ. ↑

2 Outras perspectivas decoloniais são céticas que ações comunitárias e cosmopercepções coletivistas decoloniais possam ser absorvidas em nível de Estado. (Ver, por exemplo, Silvia Rivera Cusicanqui - Pueblos originarios y estado. Vol. 2 de Gestión pública intercultural, Gestión pública intercultural. Azul Editores, 2008). ↑

3 Em VERGÈS, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. São Paulo: UBU, 2020. ↑

4 Ibid, Prefácio. ↑

5 Performance, curadoria de Françoise Vergès. Em Paris, La Colonie, 12 jun. 2017 apud VERGÈS, 2020, p. 136. ↑

- 6 Em SEGATO, Rita Laura. La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad. Prometeo Libros Editorial, 2007; e em SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 304, maio-ago. 2014. [↑](#)
- 7 Em BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, set.-dez. 2017. [↑](#)
- 8 Ibidem, p. 1054. [↑](#)
- 9 Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. [↑](#)



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em janeiro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).